



Reconduzido à presidência da CRE, Sarney (foto à esquerda, ao lado de Carlos Wilson) prometeu estimular o trabalho de todos os integrantes da comissão. Agripino (foto à direita, ao lado de Ramez Tebet) quer debate livre e democrático na CCJ



## Agripino é o novo presidente da CCJ e Sarney reassume comando da CRE

Ramez Tebet e Carlos Wilson ocuparão as vice-presidências das comissões de Justiça e de Relações Exteriores. Novos dirigentes prometem estimular trabalho dos integrantes e debate democrático das matérias



Antonio Carlos Magalhães, ladeado por senadoras, deputadas e convidadas, preside a sessão solene do Congresso Nacional em homenagem às mulheres

## Congresso homenageia a mulher

A sessão que o Congresso realizou ontem em homenagem ao Dia Internacional da Mulher foi marcada por um apelo do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e da senadora Heloísa Helena por punição dos assassinos da deputada Ceci Cunha. A senadora Marina Silva pediu maior reflexão sobre os motivos que geram violência, particularmente contra as mulheres. A senadora Marluce Pinto lamentou que a média de salá-

rios pagos às trabalhadoras seja 60% menor do que aos homens. A senadora Maria do Carmo observou que ainda persiste "uma realidade cruel", em que mais de dois terços dos analfabetos e 70% dos pobres de todo o mundo são do sexo feminino. A senadora Luzia Toledo citou dados que colocam as mulheres brasileiras entre a metade da população feminina mundial com menor índice de participação político-partidária.

PÁGINAS 5, 6 E 7

Duas comissões permanentes do Senado elegeram ontem seus presidentes. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) escolheu como presidente o senador José Agripino Maia, do PFL. A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) reconduziu o senador José Sarney, do PMDB, à sua presidência.

A CCJ manteve na vice-presidência o senador Ramez Tebet, do PMDB, que havia ocupado o posto na legislatura anterior. O vice-presidente da CRE é o senador Carlos Wilson, do PSDB.

Agripino Maia prometeu estabelecer na CCJ debate livre, amplo e democrático sobre todos os temas de competência da comissão. José Sarney disse que, na CRE, estimulará o trabalho de todos os integrantes, com o suporte da comissão e sua assessoria.

PÁGINA 3

**Senado vota hoje projeto que altera demissões**

PÁGINA 2



Bernardo Cabral é autor do prefácio do livro

## Lançado no Senado livro com história do Parlamento da Alemanha

O Conselho Editorial do Senado Federal, presidido pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), lançou na noite de ontem o livro *Eleições Federais na Alemanha*, prefaciado pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM) e preparado por técnicos do Goethe Center de Brasília. O livro, com versão em português e alemão, conta a história do Parlamento alemão desde a sua instalação até os dias de hoje. O lançamento ocorreu no Senado Federal.



### AGENDA

QUINTA-FEIRA, 11 DE MARÇO DE 1999

Antonio Carlos Magalhães  
Presidente

▶ 11h - Preside sessão deliberativa ordinária do Senado Federal

#### PLENÁRIO

▶ 10h - Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: Votação, em turno suplementar, do Substitutivo ao \*PLC nº 94/94, que acrescenta § 2º ao art. 482 da Consolidação das Leis do Trabalho, para exigir do empregador explicação escrita dos motivos que o levaram a demitir empregado sem justa causa; e \*PLC nº 20/98, que altera a Lei nº 7.674, 4.10.88, que autoriza o Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social a doar à Academia Nacional de Medicina imóveis destinados à instalação de centros de estudo e pesquisa.

#### COMISSÕES

Após a Ordem do Dia - Comissão de Assuntos Sociais  
Pauta: Eleição do presidente e vice-presidente da comissão para o biênio 1999/2000  
Local: Ala Senador Alexandre Costa - sala 9

▶ 18h30 - Programação Integrada à II Semana da Mulher  
Debate "A Mulher na Cultura", com a presença da senadora Maria do Carmo Alves; da secretária Luiza Dornas; da cineasta Liloye Boubli; e da diretora teatral Tereza Padilha  
Local: Ala Senador Nilo Coelho - sala 6

# Plenário vota projeto que muda demissão

Mudança proposta na CLT acrescenta exigência de que o empregador dê explicação escrita dos motivos da dispensa

O plenário do Senado vota hoje, pela última vez, projeto substitutivo que muda a CLT para exigir do empregador uma explicação escrita dos motivos que o levaram a demitir um empregado sem justa causa. A proposta, oriunda da Câmara, sofreu alterações no Senado e, por isso, voltará ao exame dos deputados.

O mesmo projeto, que recebeu substitutivo do relator, senador Nabor Júnior (PMDB-AC), acrescenta novo artigo à CLT para determinar que, comprovado na Justiça que a demissão se deu por motivo de discriminação política, ideológica, religiosa ou de natureza sexual, o trabalhador terá de

ser contratado novamente.

Na mesma sessão de hoje, os senadores votarão projeto que autoriza o Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (Iapas) a doar à Academia Nacional de Medicina imóveis destinados à instalação de centros de estudos e pesquisa.

## ACM recebe ex-presidente da Petrobras

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem o engenheiro Joel Rennó, ex-presidente da Petrobras. À saída do encontro, Rennó comentou que foi "uma visita de cortesia, para agradecer ao senador e velho amigo" Antonio Carlos Magalhães todo o apoio que recebeu ao longo dos poucos meses de seis anos em que presidiu a Petrobras.

Rennó recordou ter conhecido Antonio Carlos em 1975, quando o senador presidia a Eletrobrás e o contratou como engenheiro. Ao longo desse tempo, destacou, "formou-se uma grande amizade e cresceu minha admiração pelo trabalho público e a liderança de Antonio Carlos".

#### TECNOLOGIA

Como balanço de sua atuação à frente da Petrobras, a partir de 1992, Joel Rennó apontou os investimentos em qualificação de pessoal e tecnologia,



Joel Rennó esteve com o presidente do Senado para agradecer o apoio que recebeu em mais de seis na presidência da Petrobras

bem como o aumento da produção nacional de petróleo, que passou de 645 mil barris/dia para mais de 1,2 milhão de barris/dia. Ele previu que a Petrobras continuará sendo uma

das grandes companhias de petróleo do mundo e que as parcerias recém-assinadas, com 17 outras empresas estrangeiras, darão bons resultados para o país.

## Proposta reduz a 16 anos idade para dirigir carro

Projeto apresentado pelo senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) reduz para 16 anos a idade mínima exigida para a habilitação de condutores de veículos automotores e elétricos. A proposta estabelece que a habilitação de candidatos com idade compreendida entre 16 e 18 anos se fará somente nas categorias A ou B, e dependerá de autorização dos pais e responsáveis.

Na justificativa do projeto, que será

apreciado em caráter terminativo pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o senador afirma que o argumento tradicional de que, até os 18 anos, os jovens costumam agir de forma impensada e inconseqüente já não prevalece diante da notável evolução de comportamento observada nesse segmento etário, com sinais inequívocos, a seu ver, de amadurecimento mais precoce.



Arruda cita a evolução do comportamento dos jovens

– Acidentes de trânsito costumam ser atribuídos à presença de jovens ao volante não indicam, a rigor, incapacidade destes para a função. No máximo, refletem a ausência

de treinamento adequado à condução de veículos em condições seguras – sustenta o senador.

## CAS instala trabalho e elege hoje dirigentes

Com 29 titulares e igual número de suplentes já indicados pelas lideranças partidárias, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) reúne-se hoje, após o encerramento da Ordem do Dia da sessão deliberativa do plenário do Senado, para a instalação dos seus trabalhos e eleição dos novos presidente e vice-presidente.

Com competência para, entre outras questões, opinar sobre proposições relativas às relações de trabalho, exercício profissional, seguridade social, populações indígenas, assistência social, saúde, meio ambiente e inspeção e fiscalização de alimentos, a CAS foi responsável pela apreciação de 66 matérias no ano passado. Desse total, 11 foram discutidas e aprovadas em caráter terminativo.

Dentre os projetos que mais tomaram a atenção da CAS em 1998 destacou-se o que regulamentou os planos e seguros de saúde, projeto para o qual foram realizadas várias audiências públicas com autoridades e representantes de seguradoras, consumidores e médicos.

A composição de titulares da CAS para os próximos dois anos é a seguinte:

**PMDB** - Carlos Bezerra (MT), Gilvam Borges (AP), José Alencar (MG), Luiz Estevão (DF), Maguito Vilela (GO) e Marluce Pinto (RR).

**PFL** - Jonas Pinheiro (MT), Bello Parga (MA), Djalma Bessa (BA), Geraldo Althoff (SC), Moreira Mendes (RO), Maria do Carmo Alves (SE), Eduardo Siqueira Campos (TO) e Mozarildo Cavalcanti (RR).

**PSDB** - Antero de Barros (MT), Luiz Pontes (CE), Luzia Toledo (ES), Osmar Dias (PR), Paulo Hartung (ES) e Sérgio Machado (CE).

**Bloco Oposição (PT-PDT-PSB-PPS)** - Geraldo Cândido (RJ), Marina Silva (AC), Emília Fernandes (RS), Heloísa Helena (AL) e Tião Viana (AC).

**PPB** - Leomar Quintanilha (TO).

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Nabor Júnior  
4º Secretário: Casildo Maldaner  
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúcio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios  
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos  
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade  
Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo  
Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
15º e 16º andares  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Agripino promete amplo diálogo na CCJ

Senador do PFL do Rio Grande do Norte é eleito presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Ramez Tebet, do PMDB, é reconduzido como vice-presidente por mais dois anos

O senador José Agripino Maia (PFL-RN) foi eleito ontem presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) pelos próximos dois anos. Para a vice-presidência, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) foi reconduzido ao cargo. O resultado da eleição foi de vinte votos favoráveis à chapa, a única inscrita, e uma abstenção. Foi convocada uma nova reunião da comissão para a próxima quarta-feira, às 10h:

– Não sou jurista e me falta o saber jurídico, mas tenho bom senso, equilíbrio e maturidade. O Brasil vive um momento de transição e muitos projetos chegam a esta Casa por intermédio desta comissão. Tentarei seguir os passos do senador Bernardo Cabral. Estabelecer o mais livre, amplo e democrático debate sobre todos os assuntos, para que as opiniões, mesmo conflitantes, possam produzir o melhor resultado para o país – comentou José Agripino, em seu primeiro pronunciamento como presidente da CCJ.

Reconduzido na vice-presidência da CCJ, Ramez Tebet fez uma saudação es-

## MEMBROS TITULARES DA COMISSÃO DE JUSTIÇA

**PFL:** Bernardo Cabral (AM), José Agripino (RN), Edison Lobão (MA), Francelino Pereira (MG), Romeu Tuma (SP) e Maria do Carmo Alves (SE).

**PMDB:** Amir Lando (RO), Djalma Falcão (AL), Iris Rezende (GO), Jader Barbalho (PA), José Fogaça (RS), Pedro Simon (RS), Ramez Tebet (MS) e Roberto Requião (PR).

**PSDB:** Álvaro Dias (PR), Carlos Wilson (PE), Lúcio Alcântara (CE), Luzia Toledo (ES) e Sérgio Machado (CE).

**Bloco Oposição:** Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Roberto Freire (PPS-PE), José Eduardo Dutra (PT-SE) e Jefferson Péres (PDT-AM).

pecial ao senador Bernardo Cabral (PFL-AM), a quem considerou ser uma pessoa de muita sorte, por ter competência e muitos títulos. Ele também ressaltou as qualidades do novo presidente a quem atribuiu um “profundo amor à



Na reunião da CCJ, senadores exaltaram experiência do futuro presidente e o bom trabalho realizado por seu antecessor

causa pública”. Ao agradecer as manifestações e elogios que recebeu, o senador Bernardo Cabral desejou muito sucesso a Agripino e a Tebet.

Como líder do PFL, o senador Hugo Napoleão (PFL-PI) desejou a José Agripino e a Ramez Tebet votos de muito sucesso na condução dos trabalhos da CCJ pelos próximos dois anos. Ele também louvou o ex-presidente Bernardo Cabral,

lembrando que ele – quer ocupando o cargo de ex-presidente da OAB, de relator-geral da Constituição federal de 1988 ou de ministro da Justiça – sempre demonstrou sua competência.

Já o senador Jader Barbalho (PMDB-PA) elogiou o ex-presidente Bernardo Cabral, pela condução dos trabalhos à frente da comissão. Sobre o fato de José Agripino não ter formação em Direito,

ele argumentou: “Se faltam conhecimentos jurídicos, sobram competência, equilíbrio e experiência na vida pública”. Jader acrescentou que a CCJ terá um grande vice-presidente, Ramez Tebet, auxiliando no comando dos trabalhos.

Em nome do governo, Romeu Tuma (PFL-SP), líder no Senado, prestou uma homenagem a Bernardo Cabral e destacou a experiência administrativa de José Agripino como importante para a condução dos trabalhos da CCJ. O senador Amir Lando (PMDB-RO) demonstrou sua admiração pelo ex-presidente e desejou que eles possam conduzir os trabalhos para que a comissão cumpra o seu papel de “guardião” da Constituição.

Falando pelo Bloco Oposição, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) cobrou que a reforma política seja prioridade na CCJ. Ele opinou que José Agripino é credenciado para assumir a função pelo seu “cabedal político” e bom relacionamento que mantém no Senado. Sobre Tebet, ele ressaltou o conhecimento jurídico e a amizade particular que mantém com o senador.

## Marina defende reunião para definir cargos

A líder do Bloco Oposição, senadora Marina Silva (PT-AC), reivindicou ontem em plenário uma reunião dos líderes partidários no Senado para discutir a indicação dos presidentes das comissões da Casa. Ela fez um apelo ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, ontem, para que interceda junto aos demais líderes em favor desse encontro.

A liderança do Bloco Oposição, como relatou Marina Silva, recebeu um ofício marcando reunião das comissões de Relações Exteriores (CRE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para após a Ordem do Dia de ontem com o objetivo de eleger presidentes e vice-presidentes. A senadora entendeu que tal convocação poderia significar que as lideranças dos partidos governistas estariam dispostas a negar à oposição o direito de indicar o presidente de uma das comissões do Senado, como ocorre tradicionalmente.

Durante o pronunciamento, Marina ressaltou que a tradição assegura que a minoria também tenha participação na indicação de um presidente de comissão.

A senadora insistiu que o Bloco Oposição, como quarto maior agrupamento de senadores, tem o direito à quarta escolha. Ela não questiona o direito de escolha exercido, prioritariamente, pelo PFL, PMDB e PSDB. “Se o PSDB optar pela Comissão de Assuntos Sociais, a Comissão de Relações Exteriores caberia ao bloco, como a quarta escolha”, afirmou Marina Silva.

## Sarney é reeleito e presidirá a CRE por mais dois anos

Com 15 votos favoráveis e sem concorrentes, o senador José Sarney (PMDB-AP) foi reconduzido ontem à presidência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). A votação, realizada em sessão extraordinária presidida pelo senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), teve a abstenção do próprio Sarney, que agradeceu o “gesto de magnanimidade” dos demais integrantes da comissão. Para a vice-presidência foi eleito o senador Carlos Wilson (PSDB-PE).

Sarney disse que concorreu a pedido do presidente do PMDB, senador Jader Barbalho (PA), e do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, “na certeza de que vamos, juntos, prestar um serviço ao país e ao Congresso Nacional”. O senador prometeu “não deixar nenhuma matéria em atraso” e estimular o trabalho de todos os integrantes com o suporte da comissão e sua assessoria.

O presidente considera que a CRE tem um papel destacado neste momento de intensos debates internacionais tão importantes para o Brasil e assumiu o compromisso de trabalhar para ajudar o país e a ima-



Senadores participam da votação em que são escolhidos o presidente e o vice-presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

gem do Congresso Nacional. Sarney encerrou a sessão extraordinária marcando uma reunião para a próxima terça-feira, quando será apreciada a mudança do embaixador Celso Amorim da ONU para a embaixada do Brasil em Genebra. O presidente fixou as terças-feiras para as reuniões da CRE.

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) emite pareceres sobre acordos e tratados internacionais, comércio exterior e indicações de chefes de missões diplomáticas do Brasil. Assuntos relacionados com a organização das Forças Armadas e com a defesa nacional também estão entre as incumbências dos 19 senadores que compõem a CRE.

### BALANÇO

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) teve 11 reuniões ordinárias e sete extraordinárias em 1998, quando foi aprovado um total de 67 matérias, sendo 37 pareceres sobre projetos de lei, de resolução e de decreto legislativo. Foram aprovadas, ainda, 30 mensagens presidenciais referentes a indicação de autoridades para representar o Brasil no exterior.

Entre os acordos internacionais está o texto da convenção relativa à proteção da criança e à cooperação em matéria de adoção internacional e o que trata do ingresso do Brasil no Comitê do Aço, vinculado à Organi-

## A NOVA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO

### PMDB(\*)

Gilberto Mestrinho (AM)  
Jader Barbalho (PA)  
João Alberto (MA)  
José Sarney (AP)  
Mauro Miranda (GO)

(\*) Devido a alteração nas composições partidárias, o PMDB tem direito a indicar mais dois integrantes, ainda não definidos.

### PFL

Bernardo Cabral (AM)  
Romeu Tuma (SP)  
José Jorge (PE)  
Moreira Mendes (RO)  
Mozarildo Cavalcanti (RR)

### PSDB

Artur da Távola (RJ)  
Carlos Wilson (PE)  
Lúcio Coelho (MS)  
Pedro Piva (SP)

### BLOCO OPOSIÇÃO

Lauro Campos (PT-DF)  
Sebastião Rocha (PDT-AP)  
Tião Viana (PT-AC)

zação para Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

Foram aprovados também acordos internacionais de cooperação cultural entre Brasil e Uruguai; o texto do acordo de cooperação econômica e industrial entre o Brasil e a Itália; o tratado de extradição entre o Brasil e a Coreia; e o acordo de cooperação turística entre Brasil e Hungria.

## Ministro do TSE fala à TV sobre livro *Conselho aos Governantes*

A TV Senado apresenta hoje entrevista com o ministro Walter da Costa Porto, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que fala sobre o livro *Conselho aos Governantes*, elaborado por ele e pelo professor Joaquim Campelo, da Universidade de Brasília. O programa vai ao ar nesta quinta-feira, às 4h30, 9h30, 12h30, 18h30 e 20h30.

Segundo o ministro do TSE, a obra

é um levantamento sobre os tópicos referentes ao direito eleitoral, direito constitucional e da história política. Walter da Costa Porto destaca alguns personagens ilustres, como o Marquês de Pombal e Maquiavel.

De acordo com o ministro, o livro é uma história que conta as peripécias daqueles que dirigiram conselhos aos seus dirigentes. Walter da Costa Porto disse ainda que o filósofo Maquiavel é peça fundamental para todo o contexto político.

### PROGRAMAÇÃO

#### TV SENADO

##### HOJE

6h55 — *Senado em Pauta*  
7h — *Saúde Todo Dia* — Futebol Feminino  
7h30 — *Especial Unip* — Doenças Venéreas — 4ª parte  
7h55 — *Senado em Pauta*  
8h — *Saúde Todo Dia* — Musculação  
8h30 — *Jornal do Senado*  
8h55 — *Senado em Pauta*  
9h — *Cores do Brasil* — Amazonas  
9h30 — *Entrevista* — O ministro do TSE Walter Costa Porto fala do lançamento do livro *Conselho aos Governantes*  
9h55 — *Senado em Pauta*  
10h — *Cores do Brasil* — Sergipe  
10h30 — *Saúde Todo Dia* — Futebol Feminino  
10h55 — *Senado em Pauta*  
11h — *Especial Unip* — Reabilitação de amputados — 4ª parte  
11h30 — *Espaço Cultural* — “Românticos da Boêmia”  
12h30 — *Entrevista* — O ministro do TSE Walter Costa Porto fala do lançamento do livro *Conselho aos Governantes*  
12h55 — *Senado em Pauta*  
13h — *Cores do Brasil* — Dendê da Bahia  
13h30 — *Agenda Econômica* — O juiz do TRT/MG, Antônio Álvares da Silva, fala sobre a Justiça do Trabalho  
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo) — Em destaque: Substitutivo que permite a anulação da demissão por justa causa quando o motivo for por discriminação política, ideológica, religiosa ou de natureza social

18h30 — *Entrevista* — O ministro do TSE Walter Costa Porto fala do lançamento do livro *Conselho aos Governantes*

19h — *Especial/Era Vargas*  
20h — *Cores do Brasil* — Espírito Santo  
20h30 — *Entrevista* — O ministro do TSE Walter Costa Porto fala do lançamento do livro *Conselho aos governantes*  
21h — *Jornal do Senado*  
21h15 — *Agenda Econômica* — O juiz do TRT/MG, Antônio Álvares da Silva, fala sobre a Justiça do Trabalho  
21h55 — *Senado em Pauta*  
22h — Sessão Plenária (reapresentação)

#### RÁDIO SENADO

##### HOJE

8h — Agenda Senado  
Em seguida — Música e informação  
10h — Sessão Plenária (ao vivo)  
Em seguida — Música e informação  
19h — “A Voz do Brasil”  
Em seguida — Música e informação  
20h30 — “Senado em Linha Direta — Edição Nordeste”  
Em seguida — Música e informação  
21h — “Senado em Linha Direta — Edição Norte/Centro-Oeste”  
Em seguida — Música e informação  
21h30 — “Senado em Linha Direta — Edição Sul/Sudeste”  
Em seguida — Música e informação  
0h — Sessão Plenária (reprise)  
Em seguida — Música e informação



Foram aprovados pelos senadores projetos de renovação de concessão de emissoras da Bahia e de Pernambuco

## Plenário debate instalação do Conselho de Comunicação

Durante discussão de projetos destinados a renovar concessões de rádio, senadores defendem maior acompanhamento da qualidade da programação

Após a renovação de duas emissoras de rádio, de Pernambuco e da Bahia, o plenário do Senado promoveu ontem um debate de mais de uma hora sobre o Conselho de Comunicação Social (CCS). Senadores da oposição pediram a imediata instalação do conselho, enquanto o senador José Fogaça (PMDB-RS) cobrou dos deputados federais a votação de projeto, já aprovado pelos senadores, que altera a composição do conselho, incluindo novos representantes da sociedade civil.

Depois de lembrar que cabe ao conselho assessorar o Congresso na concessão ou renovação de emissoras de rádio e televisão, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) afirmou que, 11 anos depois de criado pela Constituição, o conselho não saiu do papel e o Congresso renova a concessão de todas as emissoras “sem qualquer questionamento sobre o conteúdo da programação que elas oferecem”. Dutra pediu que os senadores votem projeto de sua autoria que regulamenta a forma de escolha dos integrantes do CCS.

José Fogaça ponderou que não cabe qualquer cobrança das oposições à Mesa do Senado, mas sim aos deputados, que “jogaram em algum poço, em alguma gaveta”, o projeto dos senadores que altera a composição do conselho. Disse que a atual composição é de oito representantes de patrões e empregados e apenas dois da sociedade civil, e, com a mudança prevista, haverá mais representantes da sociedade não-corporativista.

Artur da Távola (PSDB-RJ) destacou que um dos artigos da lei que regulamenta o Conselho de Comunicação Social estabelece que o conteúdo da programação das emissoras deve ter finalidades educativas e culturais e o CCS analisará este aspecto ao emitir parecer sobre a reno-

vação de seu funcionamento (dez anos para rádio e 15 para televisão). Assim, a instalação e funcionamento do conselho será importante para que haja uma melhora no conteúdo das programações. Para Artur da Távola, a grande presença de corporações, de patrões e empregados ligados ao setor de comunicações, é um dos motivos que até agora impediram o funcionamento do conselho.

Eduardo Suplicy (PT-SP), Emília Fernandes (PDT-RS), Pedro Simon (PMDB-RS), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Sebastião Rocha (PDT-AP) e Marina Silva (PT-AC) também defenderam o funci-

onamento do conselho.

As emissoras que tiveram concessão renovada poderão funcionar por mais dez anos. A primeira é a Rádio Clube de Pernambuco, da cidade de Recife, que teve parecer favorável do então senador Joel de Hollanda na Comissão de Educação. No plenário, o relator foi o senador José Jorge (PFL-PE), o qual destacou que a emissora, dos Diários Associados, presta serviços à comunidade há muitos anos.

A outra é a Rádio Clube Rio do Ouro, da cidade de Jacobina (BA), que contou com parecer favorável do relator, senador Djalma Bessa (PFL-BA).

### RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUARTA-FEIRA, 10 DE MARÇO DE 1999

1

*Projeto de Decreto Legislativo nº 57, de 1996 (nº 214/95, na Câmara dos Deputados).* Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Clube de Pernambuco S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Recife, estado de Pernambuco. Parecer nº 629/98-CE. Relator: Senador Joel de Hollanda, favorável, com abstenção da senadora Benedita da Silva.

**Resultado:** Aprovado. Votaram: Sim: 61. Não: 01. Abst.: 11. Total: 73. À promulgação.

2

*Projeto de Decreto Legislativo nº 25, de 1998 (nº 466/97, na Câmara dos Deputados).* Aprova o ato que renova a concessão deferida à Rádio Clube Rio do Ouro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Jacobina, estado da Bahia. Parecer nº 584/98-CE. Relator: Senador Djalma Bessa, favorável.

**Resultado:** Aprovado. Votaram: Sim: 51. Não: 01. Abst.: 09. Total: 60. À promulgação.

3

*Projeto de Lei da Câmara nº 1 de 1999 (nº 1.064/91, na Casa de origem).* Regulamenta o § 4º do art. 199 da Constituição federal, relativo à coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue, seus componentes e derivados, e estabelece o ordenamento institucional indispensável à execução adequada dessas atividades, e dá outras providências. Parecer nº 48/99-CAS. Relator: Senador José Alves, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS.

**Resultado:** Lido e aprovada requerimento do senador Geraldo Melo de adiamento para a sessão do dia 31/03/99.

Fonte: Secretaria Geral da Mesa

### COMO SINTONIZAR

#### TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 Hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

#### RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
  - Receptor ABR 200, ComStream
  - LBN DRO ComStream
  - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

## DIA INTERNACIONAL DA MULHER

## Maria do Carmo ressalta conquistas

Os direitos da mulher estão entre as principais conquistas sociais da humanidade neste século, afirmou ontem a senadora Maria do Carmo (PFL-SE), durante a sessão solene do Congresso em homenagem ao Dia Internacional da Mulher. Mas, apesar desses avanços, observou ela, ainda persiste “uma realidade cruel”, em que mais de dois terços dos analfabetos e 70% dos pobres de todo o mundo são do sexo feminino.

A senadora observou também que, embora as mulheres tenham presença marcante em muitos setores da sociedade brasileira, inclusive no Judiciário, nenhuma conseguiu chegar aos tribunais superiores nem à presidência da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). As mulheres também nunca assumiram a presidência de grandes bancos oficiais, como o Banco Central e o Banco do Brasil, acrescentou, bem como a presidência das confederações classistas patronais ou de trabalhadores.

— Esses são alguns exemplos para mostrar que o caminho da igualdade é garantido na lei, mas sonogado na realidade. Acredito que o veículo para a correção dessas disparidades passa pela escola, pelas universidades, passa pela indústria do conhecimento — disse.

Entre as conquistas sociais das mulheres, a senadora citou o direito de votar e ser votada, instituído em 1934, e a maior participação no mercado de trabalho. Segundo a senadora, em 1950, apenas 14,7% das mulheres brasileiras trabalhavam fora de casa. Atualmente, elas representam 52% da população economicamente ativa do país.

Para Maria do Carmo, o Congresso deu importante contribuição à luta do movimento feminino pelos seus direitos, com a realização da CPI da Mulher, instalada no dia 8 de março de 1977.

— A CPI da Mulher promoveu um grande debate nacional e, mobilizando a sociedade, criou o clima necessário para a lei do divórcio e o ingresso da primeira mulher na Academia Brasileira de Letras, na época um reduto masculino inexpugnável, abrindo caminho para o reconhecimento da intelectualidade feminina — afirmou.



Para Maria do Carmo, apesar dos avanços, mulheres ainda são vítimas de “realidade cruel”



Na Mesa da sessão solene, Emília Fernandes, ACM, Marluce Pinto e a secretária de Administração, Cláudia Costin

Para marcar o Dia Internacional da Mulher, comemorado em 8 de março, foi realizada ontem no Congresso Nacional sessão solene em que parlamentares de vários partidos homenagearam a luta pela emancipação feminina no Brasil e no mundo.

Nos discursos, senadores e deputados destacaram tanto os avanços obtidos nas últimas décadas como os diversos obstáculos a serem enfrentados em direção à conquista de igualdade de direitos entre homens e mulheres.

*Discriminação no mercado de trabalho, elevadas taxas de analfabetismo e de pobreza, representação política deficiente, agressões físicas e abusos sexuais são alguns dos problemas vividos pelas mulheres em seu dia-a-dia.*

## ACM apela por punição aos assassinos de Ceci Cunha

Ao abrir ontem a sessão solene do Congresso Nacional em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, o presidente do Congresso, Antonio Carlos Magalhães, afirmou que a mulher tem um papel preponderante, e crescente, na sociedade, apesar da legislação, “que deve se aprimorar nesse sentido”.

— Mas, mesmo sem a legislação, as mulheres já participam pela coragem e por sua fibra e pelo interesse de servir, ou ajudando os seus maridos, ou ajudando diretamente, como fazem no Congresso, o povo brasileiro — disse ele.

O senador ressaltou que se estava prestando, na sessão solene, “uma homenagem a uma grande mulher, vítima da brutalidade e da inconsciência de alguns que não sabem sequer representar o povo brasileiro e que não são dig-

nos, inclusive, de participar dos nossos trabalhos, nessas duas Casas do Congresso”. Ele referia-se à deputada Ceci Cunha, assassinada em Maceió (AL) no dia da sua diplomação como deputada federal pelo PSDB, em 16 de dezembro do ano passado.

Dizendo-se feliz por estar presidindo a sessão, Antonio Carlos ressaltou que a presença de mulheres da sociedade brasileira de todos os setores, “independentemente de ideologia, independentemente de riqueza ou pobreza”, torna o plenário mais representativo.

— Particularmente, somos gratos na Casa da Federação, que é o Senado, e na Casa dos representantes do povo, que é a Câmara dos Deputados, em salientar que cada vez mais o Parlamento se afirma, principalmente por causa da pre-

sença das mulheres — destacou.

ACM assegurou que o “Congresso brasileiro participará das atividades das mulheres por um lugar mais forte, seja no Parlamento, seja na sociedade”.

### JUSTIÇA

Após os pronunciamentos da senadora Heloisa Helena (PT-AL) e da deputada Marisa Serrano (PSDB-MS), e antes de passar a presidência dos trabalhos à senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), ACM fez um apelo a todos os parlamentares para que assumam o compromisso de não deixar que o assassinato da deputada Ceci Cunha fique impune.

Emocionado, Antonio Carlos assumiu — e manifestou a certeza de que falava em nome de todos os senadores e deputados — o compromisso de lutar para que se faça justiça.

## Heloisa Helena homenageia ex-deputada

No início da sessão solene de ontem, o Congresso homenageou a ex-deputada federal Ceci Cunha, assassinada em dezembro passado. À frente da Mesa do plenário, foram depositadas coroas de flores e uma faixa com os dizeres: “Ceci Cunha - A vontade de fazer justiça só não é maior que a saudade”. O presidente do Congresso, senador Antonio Carlos Magalhães, pediu um minuto de silêncio dedicado à memória da deputada.

— Ceci foi assassinada porque não era uma protegida do monstruoso esquema fomentado pela maldita imunidade parlamentar e pela promiscuidade entre poder político e econômico e crime organizado — disse a senadora Heloisa Helena (PT-AL), em nome da bancada feminina no Congresso.



Heloisa lembrou o tempo em que ela e Ceci lutavam por melhores serviços de saúde

Heloisa recordou os tempos em que ela e Ceci, esta médica e aquela enfermeira, lutavam por melhores serviços de saúde de contra a mercantilização do setor.

— Fizemos opções políticas completamente diferentes, mas quando nos encontrávamos éramos as mesmas velhas companheiras que conversavam sem parar, que se angustiavam diante das permanentes adversidades do estado e que compartilhavam, na dor ou na alegria, essa maravilhosa experiência de ser mulher — afirmou a senadora.

Vestida de preto, Heloisa disse que a homenagem feita a Ceci é dedicada “a todas as mulheres brasileiras, massacradas pelo cotidiano doméstico”. Ela afirmou ainda estar representando “todos os alagoanos de bem, que mesmo sendo vítimas de grandes tragédias pessoais, não se curvam diante da estrutura covarde do crime organizado, e lutam incessantemente por um mundo de paz, justiça e solidariedade”.

## Marluce Pinto: salário é 60% menor

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) destacou o crescimento da participação da mulher no mercado de trabalho. Ela citou pesquisa do Ministério do Trabalho segundo a qual mais de 50% das 230 mil vagas geradas entre outubro de 96 e setembro de 97, para trabalhadores com segundo grau completo, foram ocupadas pelo sexo feminino.

A senadora destacou o fato de metade dos advogados serem do sexo feminino, como também 25% dos cargos oferecidos na magistratura. E ressaltou que o número de vereadoras aumentou em mais de 100% nas duas últimas eleições.

— Não existem barreiras que impeçam a presença feminina onde o trabalho se faça necessário. No cultivo e na colheita da terra, nos caminhões e nos táxis da cidade, no Legislativo e no Executivo, manobrando o bisturi ou forjando o aço... por onde quer que olhemos, lá estão competentes e decididas brasileiras contabilizando o sucesso — afirmou a senadora.

Marluce Pinto lamentou, porém, o fato de as mulheres representarem 70% dos pobres no mundo, conforme relatório recentemente publicado pela Organização das Nações Unidas (ONU). O mesmo documento afirma que são mulheres dois terços dos analfabetos do planeta. Dos 30 milhões de refugiados em todo o mundo, 23 milhões são do sexo feminino. No relatório, o Brasil aparece em 58º lugar quanto à participação da mulher em postos de destaque na política.

Outras estatísticas lamentadas pela senadora revelam que pouco mais de um terço das trabalhadoras brasileiras possuem carteira assinada; e no campo, onde os direitos mínimos são “praticamente desprezados”, as mulheres representam 40% da força de trabalho. Além disso, a média salarial do sexo feminino é 60% menor que a dos homens, acrescenta.

A representante de Roraima — que deixou a presidência da sessão para proferir seu discurso da tribuna — lembrou ainda que 450 mil brasileiras sofrem anualmente algum tipo de agressão física dentro e fora do lar. Ela informou que mais de 95% dos casos de agressão a menores são cometidos contra meninas.



Marluce: presença no mercado de trabalho cresceu, mas mulheres ainda ganham menos

## DIA INTERNACIONAL DA MULHER

## Luzia Toledo adverte: "Somos guerreiras"

Ao lembrar que as mulheres se tornaram cidadãs somente há 67 anos, quando passaram a ter direito ao voto, em 1932, a senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) advertiu: "Somos guerreiras. Lutamos incansavelmente pelos nossos direitos, apesar de as vitórias virem lentamente. Mas o importante é que elas estão vindo".

Em seu discurso na sessão solene do Congresso Nacional ontem, Luzia destacou as dificuldades enfrentadas pela mulher brasileira para encontrar um espaço próprio, ao mesmo tempo em que as-

sinhalou as conquistas que elas vêm acumulando. "Mas, no contexto político feminino brasileiro, geralmente me sinto uma arara azul", disse ela, referindo-se à circunstância de a presença feminina na elite política brasileira ser "muito pequena".

Dados de relatório recentemente apresentado pela Organização das

Nações Unidas (ONU), segundo a senadora, situam as mulheres brasileiras entre a metade da população feminina mundial com menor índice de participação político-partidária.

– Mais precisamente, entre 102 países, o Brasil ocupa a 68ª posição. Atualmente, são 29 mulheres na Câmara, num total de 513 deputados federais, e seis senadoras, num total de 81 – observou.

A senadora do PSDB do Espírito Santo fez um apelo para que todas as mulheres dêem sua contribuição para que as mudanças se operem de forma mais rápida.

Luzia Toledo finalizou seu pronunciamento na sessão do Congresso com uma palavra de esperança: "Que jamais nos calemos quando um de nossos direitos for violentado. Mas desejo, especialmente, que todas as mulheres tenham consciência da força e da determinação que emanam de nosso gênero".



Luzia apelou a todas as mulheres para que lutem pelas mudanças

## Suassuna defende resgate da harmonia entre os sexos

Em seu discurso em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) defendeu ontem o resgate da harmonia entre os gêneros masculino e feminino, o que, para ele, pode acabar "de uma vez por todas com a opressão das mulheres, em todas as suas hediondas manifestações".

– Guardo a firme convicção de que a plena igualdade de direitos, a plena harmonia, dependerá da mudança das mentalidades. Na busca dessa aceitação amorosa, penso ser fundamental resgatar algo que parece perdido em nossa civilização: a compreensão profunda da essência, divina e maravilhosa, do ser feminino – afirmou Suassuna.

O senador pela Paraíba citou mitos das culturas orientais e ameríndias para expressar seu ponto de vista. Para ele, as noções a respeito da mulher existentes em culturas mais antigas, por sua sintonia com as forças da natureza, possuíam uma compreensão mais precisa dessa realidade:

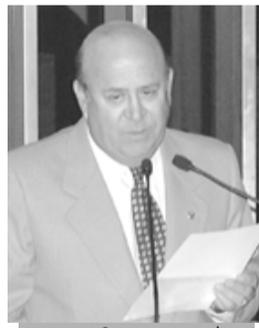
– A desvalorização do feminino pela sociedade contemporânea vem em prejuízo dela própria. É trágico

que a nossa cultura tenha perdido a referência da essência do feminino, identificada em culturas aparentemente distantes com elementos fundamentais, como a Terra e a Lua. Creio residir aí a origem da opressão da mulher – avaliou Suassuna.

Para o senador, uma visão mais nítida da mulher, como aquela das culturas por ele citadas, pode conduzir "à plena e amorosa aceitação das diferenças entre o homem e a mulher, com a integral valorização de cada um pelo que efetivamente é".

Com essa linha de raciocínio, o senador ainda fez uma análise dos avanços e das situações "vexaminosas" que envolvem as mulheres. Suassuna saudou o fato de que a presença feminina nos cursos superiores é hoje majoritária. Segundo ele, até mesmo na magistratura, onde até há pouco tempo não se admitiam mulheres, as vagas já começam a ser divididas equitativamente.

O senador lamentou que os salários recebidos pelas mulheres ainda sejam muito inferiores aos pagos aos homens. Além disso, continuou, a presença delas nos mais elevados níveis de poder ainda é reduzida.



Suassuna reconhece avanços mas lamenta situações "vexaminosas"

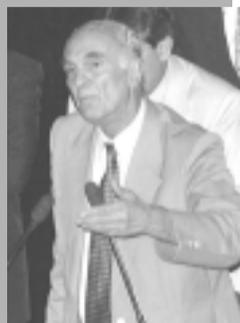
## Saturnino lembra luta das mulheres na sociedade

No aparte que fez à deputada Erundina (PSB-SP), o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) considerou muito importante a homenagem às mulheres,

dedicada especialmente à memória da deputada Ceci Cunha, assassinada no início deste ano. Para ele, a importância da sessão solene está em lembrar a continuação da luta pela conquista de uma melhor posição da mulher na sociedade.

– Cada sessão como esta é um impulso para que todos nós possamos continuar na luta – afirmou o senador.

Ele disse estar ali não para fazer uma intervenção, mas apenas para prestigiar o encontro, mas que não pôde resistir à homenagem feita pela deputada: Erundina inverteu a homenagem, elogiando os homens que ali prestigiavam a sessão dedicada às mulheres.



Saturnino: sessão motiva a luta pela afirmação feminina

## Lobão critica desrespeito a direitos fundamentais

Edison Lobão (PFL-MA) lamentou ontem que os direitos das mulheres tenham sido negligenciados ao longo dos séculos. Para ele, "a humanidade tem sido leniente com os direitos das mulheres".

Para Lobão, é preciso que a humanidade tome consciência de que os direitos femininos fundamentais têm sido "prejudicados imperativamente". Ele lembrou que, quando governador do Maranhão, assumiu antes mesmo da posse a decisão de ter mulheres em seu secretariado.

– Penso até que fui além, já que metade do meu secretariado era composto por mulheres – afirmou o senador, destacando a competência de todas elas no desempenho de suas funções.



Lobão: "Humanidade tem sido leniente com direitos da mulher"

## Século 21 será delas, prevê Luiz Estevão

O senador Luiz Estevão (PMDB-DF) disse que o século 21 será o século das mulheres, devido à sua "garra e compromisso com a verdade". Em aparte ao discurso da deputada petista Iara Bernardi (SP), na sessão solene comemorativa do Dia Internacional da Mulher, Luiz Estevão falou sobre as conquistas femininas, principalmente o direito de

voto, observando que as mulheres representam atualmente 53% do eleitorado nacional.

Na opinião do senador, a sociedade está caminhando para uma posi-



Estevão disse que o DF sempre elegeu mulheres deputadas

ção em que a força física cada vez vale menos. Ele repudiou o assassinato da deputada alagoana Ceci Cunha, ocorrido em dezembro de 1998, e cobrou a imediata punição dos responsáveis:

– É preciso fazer justiça para que esse crime que envergonhou o Brasil e o mundo possa ser punido – disse.

Luiz Estevão observou que tem crescido o número de mulheres na política, particularmente no Distrito Federal, que sempre teve mulheres eleitas para a Câmara dos Deputados, desde 1986.

## Marina Silva repudia violência e pede reflexão

A senadora Marina Silva (PT-AC) criticou a violência na sociedade brasileira, praticada particularmente contra as mulheres, e pediu maior reflexão sobre os motivos que geram esse tipo de comportamento. "A violência aqui tem raízes mais profundas e nos choca a todos. Existe algo de errado nessa cultura que gera esse tipo de monstro", observou ontem a senadora, durante a sessão solene do Congresso.

Para Marina, as mulheres deveriam ter maior poder de influência, pois representam a metade da população brasileira e ainda são as mães da outra metade. Ela criticou os maus-tratos contra as mulheres, praticados durante séculos "pela cultura patriarcal". Atualmente, assinalou, as mulheres são "agentes do seu destino e futuro".

Em aparte, o senador Romeu Tuma (PFL-SP), emocionado, lembrou uma reportagem do jornalista Gilberto Dimenstein sobre as mulheres da Amazônia, onde apontava a violência e a prostituição inclusive entre meninas:

– Como policiais, nos dispusemos a

fazer uma operação pelo Norte do país e constatamos uma verdadeira rede de exploração, por ganância e ambição, que controlava bordéis, inclusive usando meninas.

O senador também criticou o crescente movimento do crime organizado no país, responsável, segundo ele, pela morte da deputada Ceci Cunha. "Deve haver condenação dos responsá-

veis e o Estado tem que dar prosseguimento à apuração de todos os crimes nesse país, principalmente contra as mulheres", pediu Tuma.



Marina lembrou maus-tratos contra as mulheres

## Suplicy apóia Erundina e quer comissão para enchentes

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) se solidarizou com a deputada Luiza Erundina (PSB-SP), cuja proposta para que fosse criada uma comissão especial destinada a propor soluções para os problemas das enchentes em São Paulo foi rejeitada:

– Não entendo o motivo dessa rejeição. Pelo fato de ter sido vereadora duas vezes, deputada estadual e prefeita daquela cidade, a deputada está suficientemente credenciada para propor medidas adequadas, tendo em vista resolver o grave problema das enchentes na cidade de São Paulo.

Suplicy também concordou com

Erundina quando ela chamou a atenção para a situação dos trabalhadores no campo, "ainda mais penalizada do que a do operário urbano".



Suplicy chamou atenção para difícil situação do trabalhador rural

## DIA INTERNACIONAL DA MULHER

# Emília diz que crise piora as condições de vida das mulheres

“Dentre essa imensidão de brasileiros jogados na miséria, sem dúvida, estão milhões de mulheres de todas as idades, do campo e da cidade, que perderam seus empregos, ou sequer conseguiram entrar no mercado de trabalho”, afirmou a senadora Emília Fernandes (PDT-RS), durante a sessão em homenagem ao Dia Internacional da Mulher.

Emília Fernandes disse que a violência contra as mulheres, dentro dos próprios lares, nos locais de trabalho ou nas ruas, “atingiu seu grau máximo de crueldade e de infâmia” com o assassinato da deputada federal de Alagoas Ceci Cunha. “O mais grave, sem a punição dos culpados. Violência contra as quais nos insurgimos, com coragem e determinação de buscar justiça e respeito”, frisou.

Para a senadora, a passagem da data ocorre em um dos momentos de maior gravidade da história do país, exigindo uma reflexão ainda mais profunda e estratégica do papel da mulher na sociedade. Na opinião dela, além da redução dos postos de trabalho, a mulher tem de conviver com a violência, a falta de acesso à saúde e a fome, aprofundando as desigualdades sociais.

Ela condenou “a ausência de políticas públicas de apoio, como a falta de creches e escolas integrais, e o preconceito cultural que transfere às mulheres praticamente a exclusividade das tarefas domésticas e o cuidado das crianças, dos idosos e dos doentes”.

Para superar a exclusão, completou, é necessário haver uma mudança radi-

cal da atual política econômica. “A pobreza, o desemprego, a falência, o endividamento e a falta de perspectivas atinge a todos”, disse. “Mas se abate de forma mais aguda sobre as mulheres, os idosos e as crianças, que estão submetidos a um processo de exclusão sem precedentes na história do país.”

A senadora destacou o aumento da

## Senadora quer revogação de portaria

Em ato público realizado à tarde no Salão Negro do Congresso, dando continuidade às comemorações do Dia Internacional da Mulher, a senadora Emília Fernandes manifestou preocupação com o aumento do número de mulheres desempregadas.

Ela se disse em campanha para suspender a portaria do Ministério da Previdência que fixa em R\$ 1.200,00 o teto para o salário durante a licença-maternidade.

Até o ano passado, quando a mulher entrava em licença-maternidade, o empregador pagava o salário integral e depois era ressarcido pela Previdência. Hoje, o INSS só restitui até R\$ 1.200,00. Na opinião da senadora, essa modificação resultará em mais desemprego entre as mulheres, porque os empregadores não vão querer arcar com esse custo adicional.



Emília protestou contra a falta de políticas de apoio às mulheres, crianças e idosos

participação das mulheres na disputa de espaços de poder. “Avançamos qualitativamente, ocupando espaços de debate e aprendizado que, certamente, capacitam ainda mais as mulheres para a disputa do poder político”, concluiu.

### FLORES

Representando o Congresso, ao final da sessão solene, Emília entregou um buquê de rosas brancas a Maria Cléa Santos Oliveira, irmã de Ceci Cunha. As rosas permaneceram, durante a sessão, em frente a uma cadeira simbolicamente reservada à ex-deputada.

— O Congresso Nacional quer demonstrar que está disposto a lutar para que os culpados por esse crime sejam punidos — afirmou, na presidência da sessão, a senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), que se encarregou da entrega das flores.

## Deputadas reclamam maior proteção legal

Ocupando a tribuna durante a sessão solene do Congresso que homenageou as mulheres, a deputada Luiza Erundina (PSB-SP) defendeu um plano de lutas em favor dos direitos das mulheres. Ela lembrou que dispositivo de portaria editada pelo Ministério da Previdência está limitando o salário-maternidade em até R\$ 1.200,00.

“A medida contrária o disposto na Constituição e o Partido Socialista Brasileiro já ingressou com ação junto ao Supremo Tribunal Federal pedindo que aquela corte se manifeste sobre o assunto”, informou. “É preciso ir às ruas lutar contra a retirada de direitos conquistados a tão duras penas”, disse. A deputada registrou também a presença, na solenidade, da líder do Movimento dos Sem-Terra, Diolinda da Silva.

Jandira Feghali (PC do B), deputada pelo Rio de Janeiro, falou sobre o mercado de trabalho feminino e defendeu a necessidade de leis que protejam a mulher, em virtude de suas diferenças em relação aos homens. “Somos diferentes, temos filhos para cuidar. Precisamos de creche no local de trabalho ou onde possamos deixá-los. Precisamos no momento

do aleitamento de espaço do trabalho. Precisamos de proteções especiais mesmo”, defendeu.

A ex-deputada Ceci Cunha, assassinada em dezembro do ano passado, foi mencionada em vários discursos. A deputada Marisa Serrano (PSDB-MS) prestou-lhe uma homenagem especial e disse que a história da vida de Ceci “fala da vida, de sucessos e de desastres”. Para Marisa, a violência que vitimou Ceci Cunha estimula a luta de todas as parlamentares contra a impunidade em todos os níveis.

Já a deputada Elcione Barbalho (PMDB-PA) lembrou várias mártires femininas, como as 129 operárias da telecelagem Cotton, que, na Nova York de 1857, morreram em incêndio criminoso provocado pelo patrão. A parlamentar também mencionou Joana Angélica, heroína baiana que lutou pela independência e morreu como vítima das baionetas de soldados portugueses em 1822. Falou, ainda, na líder de trabalhadores rurais paraibana Margarida Alves, assassinada por pistoleiros.

Elcione também saudou mulheres pioneiras e mencionou a primeira médica brasileira, Maria Josefina Durocher, que, em 1832, começou a clinicar na área de obstetria. Falou sobre a

primeira parlamentar eleita, Carlota Pereira de Queirós, que foi deputada constituinte em 1934. Além delas, a deputada saudou Nísia Floresta, autora do clássico feminista *Defesa dos Direitos da Mulher*, editado em vários países na metade do século 19.

Em seu pronunciamento, a deputada Maria de Lourdes Abadia (PSDB-DF) mostrou alguns números sobre a importância feminina: “O país tem mais de 79 milhões de mulheres, o que significa 51% da população brasileira. Em 1997, 9,9 milhões de famílias eram chefiadas por mulheres”. Abadia lamentou que os estados do Ceará, Paraíba, Bahia e Pernambuco não tenham eleito nenhuma deputada ou senadora em 1998.

“Não será com cortes nas políticas sociais, com arrocho salarial, com o desemprego e uma inserção submissa na economia globalizada que chegaremos ao patamar de igualdade entre homens e mulheres”, afirmou a deputada Lara Bernardi (PT-SP). Ela lamentou que o governo federal ainda não tenha executado “um centavo” dos R\$ 47 milhões previstos no Orçamento de 1999 para os programas de saúde da mulher.

## Marluce enfatiza conquistas obtidas na Constituinte

As senadoras Marluce Pinto (PMDB-RR) e Emília Fernandes (PDT-RS) abriram na noite de ontem o debate “A Mulher no Poder”, que faz parte das comemorações da “2ª Semana da Mulher”. O evento contou também com a participação da secretária da Administração, Cláudia Costin, e da professora da Universidade de Brasília (UnB) Lúcia Avelar.

Marluce ressaltou que a mulher “está preparada para atuar em qualquer esfera de domínio dos homens, embora sua remuneração sofra discrimina-

ções”. Ela disse que muitas das conquistas das mulheres brasileiras foram obtidas à custa de lutas que a bancada feminina na Constituinte, “independente de sigla partidária”, fazia.

O debate prossegue hoje, às 18h30, na Ala Nilo Coelho, sala 6. O tema a ser debatido é “A Mulher na Cultura” e o encontro terá a participação da senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE); da secretária de Cultura do DF, Luíza Dornas; da cineasta Liloye Boublil; e da diretora teatral Tereza Padilha.

## Ademir relembra origem do movimento feminista no país

A história da participação feminina nas decisões políticas nacionais revela a importância de sua crescente intervenção, mas, conforme destacou o senador Ademir Andrade (PSB-PA), ainda é flagrante que as mulheres não têm o mesmo nível de representação verificado entre os homens. Nos parlamentos, assinalou, raramente a presença feminina ultrapassa o percentual de 5%.

— No Brasil, mesmo a lei de cotas não conseguiu preencher o número de candidatas estabelecido em muitos estados. Os postos de primeiro escalão dos governos são reservados aos homens, cabendo funções subalternas às mulheres. Isto ocorre em países capitalistas e socialistas — afirmou o senador.

Segundo Ademir, o movimento feminista brasileiro foi iniciado juntamente com a luta pela abolição da escravatura, quando se destacaram as figuras de Tereza, do Quilombo de Quariterê (MT), e Zeferina, do Quilombo de Urubu (BA). Entre as mulheres brancas que lutaram pela abolição, o senador salientou, entre outras, a figura de Chiquinha Gonzaga.

Os direitos de voto e de escolha de domicílio e trabalho, acrescentou, motivaram Berta Lutz, que em 1922 fundou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

Ademir salientou que a Constituição de 1988 foi de grande valia para as mulheres brasileiras, embora nem todas as conquistas nela inscritas tenham se tornado realidade.

## Tião Viana alerta para os casos de violência doméstica

O senador Tião Viana (PT-AC) chamou atenção para o problema da violência familiar, que, a seu ver, tem como cúmplices o silêncio e a omissão. “É oportuno lembrar que as maiores vítimas da violência doméstica são as mulheres (65%) e os agressores, de modo geral, são seus maridos. Somente 7% das vítimas de abuso sexual são do sexo masculino”, disse.

Segundo Tião Viana, a criação das delegacias da mulher, em 1995, foi uma das poucas medidas efetivas tomadas no intuito de coibir e de punir a violência familiar.

— A impunidade dos agressores ainda é uma constante no país. Casos como o da menina Ana Lídia, brutalmente assassinada em Brasília na dé-

cada de 70, e de Jéssica, no Acre, continuam clamando por justiça — enfatizou.

Viana homenageou as mães que perderam seus filhos durante o período de repressão militar ou em chacinas como a do Vigário Geral e em crimes hediondos como o cometido em Brasília por adolescentes. “São essas mulheres, cujos rostos anônimos atravessam os séculos, que compõem a face da resistência”, afirmou.



Viana: homenagem à “face anônima da resistência”

## Geraldo Cândido se solidariza com a luta das trabalhadoras

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ), ao prestar sua homenagem às mulheres, lembrou que as primeiras trabalhadoras do sexo feminino brasileiras eram esposas de operários que se empregaram por necessidade de sobrevivência.

— Operários e operárias foram igualados na exploração, nas péssimas condições de trabalho e na miséria a que eram submetidos — acrescentou.

Ele enfatizou o papel das mulheres na luta operária, reportando-se à morte das trabalhadoras da fábrica Cotton, nos Estados Unidos, em 8 de março de 1857, queimadas enquanto protestavam por melhores condições

de trabalho. O senador lembrou que desde 1910 se comemora o Dia Internacional da Mulher, em homenagem àquelas 129 tecelãs.

Para o parlamentar, é hora de retomar a defesa dos direitos sociais que vêm sendo derrubados pelas políticas neoliberais, direitos conquistados ao longo de sua história, como naquele dia 8 de março.



Geraldo Cândido: contra o neoliberalismo

# Pedro Piva vê "hora da verdade" para a economia

Senador pede ao presidente Fernando Henrique Cardoso que comande uma "firme mudança" nos rumos adotados pelo governo, com a adoção de uma nova política industrial e o estímulo às exportações

A necessária ênfase no desenvolvimento e nas atividades produtivas exige "uma firme mudança na política econômica", em cujo comando o senador Pedro Piva (PSDB-SP) quer ver o presidente da República. "Comande essa cruzada, presidente!", pediu ontem o senador.

Para Piva, a economia brasileira, as exportações, os políticos e a geração a que ele pertence – "hoje majoritariamente responsável pelos destinos do país" – estão todos na "hora da verdade", conforme ele intitulou seu pronunciamento.

A verdade da economia, conforme Piva, está na "brutal desnacionalização do nosso parque produtivo e do nosso sistema bancário", de modo que reconhecer a genialidade do Plano Real "já não basta", visto que, "como numa explosão, tudo

parece ir pelos ares" e retornam os fantasmas da inflação, indexação, recessão e desemprego. O próprio presidente, salientou o senador, reconheceu em entrevista à revista *Época* o erro de não ter feito o ajuste fiscal no primeiro período de seu governo, mas a recente desvalorização do real e as trocas de presidentes do Banco Central revelaram que aquele "não foi o único erro".

– A fragilidade do viés monetarista da política econômica, apoiada na âncora cambial, desnudou-se completamente ante a opinião pública – disse.

No âmbito das empresas, "massacradas por altas taxas de juros e falta de créditos", a desnacionalização não foi acompanhada por uma política industrial, entendida pelo senador como "aplicação



Pedro Piva lamentou a "brutal desnacionalização" do parque produtivo brasileiro

de fundamentos que garantam, por meio da isonomia competitiva, a integração soberana do Brasil na economia globaliza-

da". Daí vários setores terem passado progressivamente ao controle do capital estrangeiro, que aumentou sua participação no faturamento total da indústria de transformação de 29% para 42%, de 1980 a 1995.

Entre 1994 e 1998, acrescentou, ocorreram 1.181 fusões e aquisições, sendo que 650 delas contaram com participação de capital estrangeiro, responsável por 71% das aquisições realizadas de janeiro a junho de 1998, contra 55% em 1997 e 33% em 1992.

A hora da verdade para as exportações estaria, segundo Piva, na oportunidade de aproveitar a desvalorização do real e promover uma grande ofensiva exportadora baseada numa aliança estratégica entre o poder público e a iniciativa privada.

Para os políticos, a hora da verdade impõe aprovar o ajuste fiscal, a reforma tributária, a segunda reforma previdenciária (liquidando o regime de repartição em prol da instituição do sistema de capitalização) e a reforma política, avaliou o senador. Já estaria, a seu ver, a chave para a reformulação do pacto federativo.

Em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP) assinalou que os dados relativos à desnacionalização da economia apresentados por Piva não coincidem com a conclusão de estudo realizado por Luciano Martins, segundo o qual, no governo Fernando Henrique Cardoso, os grupos nacionais teriam não só se mantido como se fortalecido. O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) destacou a importância do quadro de desnacionalização traçado por Piva.

## Ademir pretende alterar norma para arquivamento de propostas



Ademir Andrade considera Regimento Interno "anacrônico"

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) apresentou ontem um projeto de resolução no Senado racionalizando o arquivamento de propostas no final de cada legislatura. "O Regimento Interno da Casa é anacrônico ao arquivar projetos de senadores, ao final da legislatura, apenas porque não obtiveram parecer favorável das comissões", avaliou.

Para Ademir, na prática, isso correspon-

de a cassar o último ano de mandato tanto de um senador que sai da Casa quanto daquele que permanece em exercício, uma vez que o tempo médio de tramitação de um projeto nunca é inferior a um ano. "Estou no papel ridículo de ter que reapresentar uma série de projetos de anos anteriores que foram arquivados unicamente porque não foram votados nas comissões", destacou.

Segundo o Regimento, só deixam de ser arquivadas as proposições originárias da Câmara ou com parecer favorável das comissões do Senado. A proposta de Ademir inclui nessa regra os projetos de autoria de senadores que permaneçam no exercício do mandato, os apresentados por senadores no último ano da legislatura e os que tratam de matéria de competência exclusiva do Congresso Nacional.

## Senador quer mulheres no Supremo Tribunal Federal

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) reapresentou ontem proposta de emenda constitucional estabelecendo que as nomeações dos onze ministros que compõem o Supremo Tribunal Federal (STF) sejam feitas conforme critério de alternância entre sexos, "de modo que não ocorram mais de duas nomeações seguidas de pessoas do mesmo sexo".

Na justificativa de sua proposta, o senador considera que cabe ao Congresso Nacional oferecer ao país os meios necessários para que a participação feminina nas instituições públicas se torne mais efetiva. Foi com essa preocupação, acrescentou, que os parlamentares aprovaram, recentemente, critério de reserva de candidaturas para cada sexo, "o que assegurará maior participação das

brasileiras no Poder Legislativo".

Outro argumento do senador é o de que, como nação jovem, o Brasil "não pode se dar ao luxo de prescindir da peculiar inteligência das mulheres e da sensibilidade feminina na construção de um país melhor".

A Constituição, assinala o senador, já impõe a exigência de notório saber jurídico, reputação ilibada e aprovação da escolha dos ministros – feita pelo presidente da República – pela maioria absoluta do Senado. No entanto, a seu ver, cabe definir critério que afaste "qualquer possibilidade de discriminação", como a de excluir as juristas da mais alta corte do país. Na composição do STF, salientou, "não há, e nunca houve, uma única mulher".

## Hugo Napoleão prevê retomada do crescimento

O senador Hugo Napoleão (PI), líder do PFL, disse ontem, em entrevista, que confia na volta do crescimento econômico e apontou como evidência disso a queda do dólar nos últimos dias. Segundo Napoleão, a valorização do real foi uma "demonstração nítida de que a vida econômico-financeira do país tende a retomar o rumo da normalidade".

Napoleão acredita que a posse da nova diretoria do Banco Central tranquilizou o mercado financeiro, uma vez que o próprio presidente do BC,

Armínio Fraga, declarou que tem metas claras e firmes para controle da inflação, através de um programa plurianual de contenção.

A maior dificuldade apontada por Hugo Napoleão é a conjugação dos fatores que compõem o que ele chamou de "cesta econômica". Para o senador, esta será a tarefa mais árdua e delicada da equipe econômica: conjugar controle da inflação, aumento na oferta de empregos, desenvolvimento econômico, juros mais baixos e bem-estar social.



Hugo Napoleão aponta queda do dólar como sinal de volta à normalidade econômica

## Mozarildo pede o fim da Funai e da Fundação Nacional de Saúde

A extinção da Funai e da Fundação Nacional de Saúde (FNS) foi defendida ontem pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), ao comentar notícia sobre epidemia de malária que se abateu sobre a população de índios yanomamis. O senador relatou notícia veiculada pela TV Globo na terça-feira sobre a contaminação de cinco mil yanomamis – em uma população de nove mil – por malária. Para o senador, esse número é inexistente e a doença já pode ter atingido toda a população yanomami, que não conta com o amparo da Funai e da FNS.

Mozarildo explicou que, após demarcar uma enorme área para os yanomamis – "com show pirotécnico de explosão de pistas de pouso" –, a Funai abandonou os índios à própria sorte. O senador disse que depois da divulgação da notícia "o governo irá tomar medidas, serão baixadas portarias proibindo isso e aquilo, mas os órgãos responsáveis pelas comunidades indígenas estão inoperantes e em condições precárias".



Mozarildo suspeita que toda a população yanomami já tenha sido atingida pela malária

O senador sugeriu que, sendo difícil o governo extinguir esses órgãos, a Funai e a FNS sejam anexadas às secretarias estaduais e prefeituras, que vêm realmente atendendo as comunidades indígenas. "A Funai e a Fundação Nacional de Saúde são órgãos anacrônicos, monstros que servem apenas para sugar recursos, como o Ibama, que só proíbe o que não pode executar", afirmou Mozarildo.

Em aparte, o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) disse que as po-

líticas ambientalista e indigenista merecem revisão e lembrou que quando o Brasil e o mundo defendiam a demarcação da reserva Yanomami "parecia que eles eram a coisa mais importante sobre a terra". Para o senador, não havia preocupação real com os índios, mas sim com o impedimento da exploração das riquezas da região, e as organizações "supostamente protetoras" esqueceram os yanomamis depois da demarcação.

– Sou defensor da demarcação de áreas indígenas por uma razão muito simples: minha mãe era índia. Mas é preciso que sejam demarcadas de acordo com as reais necessidades dos índios – explicou o senador.

A senadora Marina Silva (PT-AC) disse que também é conhecedora da Amazônia, "pelo seu lado mais perverso, o lado dos excluídos". A senadora defendeu o direito que as comunidades indígenas têm, garantido pela Constituição, de demarcar não apenas uma área física tradicionalmente usada, mas também de preservar sua cultura e costumes.